



## 06 DE SETEMBRO DE 2016 Terça-feira

- MODERNIZAÇÃO DA CLT IMPULSIONARÁ EMPREGOS
- BASE DE BETO RICA QUER APROVAR "PACOTACO" ATÉ A PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (13)
- BANCÁRIOS DEVEM ENTRAR EM GREVE A PARTIR DE HOJE; VEJA COMO PAGAR CONTAS
- GREVE DOS BANCÁRIOS FECHA AGÊNCIAS NO PAÍS NESTA TERÇA-FEIRA
- EMPRESÁRIOS QUE ACHAM CRISE MUITO GRAVE CAEM DE 60,2% PARA 39,5%
- FAZENDA RIO GRANDE LIDERA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO PARANÁ
- INDICADOR DE EMPREGO AVANÇA EM AGOSTO E ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE 2011, DIZ FGV
- LAGARDE DEFENDE REFORMAS NO BRASIL
- MINISTRO DO STF RECOMENDA QUE AÇÃO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO VÁ A PLENÁRIO
- BNDES: MAIS EMPRESAS DEVEM RECEBER FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO
- NA CRISE, VOLVO DRIBLA PERDAS NO BRASIL
- VOLVO JÁ TEM CAMINHÃO AUTÔNOMO EM OPERAÇÃO
- PEDIDOS DE FALÊNCIA REGISTRAM ALTA DE 20,5% NO ACUMULADO DO ANO
- SETE BRASIL INCLUI SUBSIDIÁRIAS EM PLANO DE RECUPERAÇÃO
- GOVERNO QUER USAR GÁS DO PRÉ-SAL PARA INCENTIVAR INDÚSTRIA, DIZ MINISTÉRIO
- DÓLAR OPERA EM QUEDA, PERTO DE R\$ 3,25
- BC VÊ ALTA DA INFLAÇÃO NESTE ANO E DESTACA IMPORTÂNCIA DO AJUSTE FISCAL
- BNDES MUDA REGRA DE FINANCIAMENTO A EMPRESAS EXPORTADORAS
- ARTIGO: DÁ PARA FAZER AJUSTE FISCAL E PENSAR EM CRESCIMENTO E EMPREGO AO MESMO TEMPO
- ARTIGO: ADERIR AO PLANO DE PREVIDÊNCIA DA EMPRESA DEVERIA SER AUTOMÁTICO
- PRESSIONADA, CHINA ACEITA FÓRUM SOBRE EXCESSO DE AÇO
- SIDERÚRGICAS DISPARAM 10%

- AUMENTO NA PRODUÇÃO DE AÇO INOXIDÁVEL CHINESA PODE REVERTER DECLÍNIO RECENTE NO NÍQUEL
- MINÉRIO DE FERRO ALAVANCA EXPORTAÇÃO
- TEMER PODE RECUAR NA PREVIDÊNCIA SE TIVER CONTRAPARTIDA
- ANEEL PROPÕE REDUÇÃO MÉDIA DE 12,18% NA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEEE
- ABRAMAT: FATURAMENTO RECUA 5,9% EM AGOSTO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 06/09/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,271	3,272
<b>Euro</b>	3,647	3,649

**Fonte: BACEN**

## Modernização da CLT impulsionará empregos

06/09/2016 – Fonte: CNI



Alexandre Furlan, da CNI, lembra que as mudanças propostas não tocam em garantias constitucionais

O Brasil vem batendo recordes de desemprego neste ano. A taxa de desocupação alcançou 11,6% no trimestre encerrado em julho, conforme apontou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 11,85 milhões de brasileiros sem trabalho, o que equivale à toda a população da Bélgica.

É o mais elevado índice desde que o cálculo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) começou a ser feito, em 2012. A solução desse problema depende da recuperação da economia.

Entretanto, a redução de seus efeitos pode ser obtida com o fortalecimento do sistema de negociação e conciliação em questões trabalhistas, uma das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para gerar postos de trabalho, reduzir conflitos e estimular a atividade produtiva.

No Congresso, há seis projetos de lei (cinco na Câmara e um no Senado) que propõem o reconhecimento pleno de acordos e convenções coletivas, firmadas entre empresas

e sindicatos de trabalhadores, reduzindo o engessamento atual no debate de questões como ajustes na jornada de trabalho (para o horário de refeição, por exemplo) e divisão do período de férias.

O projeto mais recente é o de número 4.962/2016, do deputado Júlio Lopes (PP-RJ). O texto propõe que “as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo devem prevalecer sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição e as normas de medicina e segurança no trabalho”.

Na opinião do presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, “após 73 anos de vigência da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o mundo mudou”. Hoje, diz o executivo, “temos uma CLT de tamanho único que trata igualmente situações desiguais”.

Furlan destaca a existência de novas profissões e formas de relacionamento com o mundo profissional, como as atuais atividades movidas pelas tecnologias digitais e tarefas realizadas em domicílio, como exemplos que impõem uma atualização nas regras trabalhistas.

Sócio do escritório TozziniFreire Advogados na área trabalhista, Marcelo Gômara concorda que é necessário aprimorar, com urgência, a legislação do trabalho. “Não dá para manter uma lei da época em que o Brasil era movido a carvão e lenha. Temos de modernizar a legislação, senão não vamos ter mais indústria, não vamos ter mais emprego”, diz o advogado.

“A flexibilização não é apenas necessária. É uma questão de sobrevivência”, argumenta Gômara. Ele ressalta que as mudanças não produzem a precarização das relações de trabalho, mas tendem a gerar empregos ao reduzir os níveis de judicialização de questões trabalhistas. Só no ano passado, foram quatro milhões de novas ações na Justiça do Trabalho, lembra Furlan, da CNI. É uma ação para cada seis trabalhadores formais.

Gômara destaca que flexibilizar as relações trabalhistas não significa que o Brasil não terá mais leis sobre o tema: a ideia é atender o mínimo exigido pela legislação e permitir a negociação entre empregados e empregadores, com presença das entidades representativas.

“Não estamos falando em suprimir a lei”, reforça Furlan. Segundo o representante da CNI, é preciso considerar a maturidade atual da classe trabalhadora e a capacidade de negociação. “Não estamos a defender uma bandeira pró-empresa, mas pró-nação”, diz Furlan, ressaltando que o novo marco de regulação não cogita tocar em questões garantidas pela Constituição, como carga horária, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 13º salário.

O presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo ([FecomercioSP](#)), José Pastore, lembra que é importante assegurar um equilíbrio entre o negociado e o legislado.

“As regras negociadas, assim como as legisladas, são de igual importância para as boas relações do trabalho. E as duas são legais”, afirma. Ele cita que a negociação tem vantagem sobre a lei quando há a necessidade de acertos em situações específicas.

“Por exemplo, numa hora de forte recessão, como a que o país atravessa neste momento, as partes podem estar interessadas em fazer certas concessões para preservar o emprego. Demitir não é do interesse nem do empregado, nem do empregador”, diz Pastore.

Segundo o coordenador de atendimento técnico sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Airton Santos, a hipótese de flexibilização das regras sobre as negociações trabalhistas é assunto que ainda provoca muita polêmica, inclusive dentro dos movimentos sindicais.

Ele considera que, em princípio, fortalecer o mecanismo da negociação seria positivo, desde que não haja imposição de empregadores sobre sindicatos pequenos. “Se existe um sindicato de fato representativo, organizado, com força na mesa de negociação, esse sindicato não teria problemas para olhar essa negociação de forma mais liberal”, diz Santos.

## SEIS PROJETOS NO CONGRESSO

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI 4193/2012**  
Autor: Deputado Irajá Abreu (PSD/TO)  
Ementa: Altera a redação do artigo 611 da CLT, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho.  
Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

**PROJETO DE LEI 7341/2014**  
Autor: Deputado Diego Andrade (PSD/MG)  
Ementa: Estabelece a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre as Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho.  
Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 4193/2012).

**PROJETO DE LEI 427/2015**  
Autor: Deputado Jorge Córte Real (PTB/PE)  
Ementa: Acrescenta dispositivos à CLT, dispondo sobre o procedimento conjunto de jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho, para possibilitar a homologação de acordo extrajudicial firmado pelos interessados.  
Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

**PROJETO DE LEI 944/2015**  
Autor: Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR)  
Ementa: Altera a redação dos artigos 618, 643 e 652 da CLT. Trata do reconhecimento jurídico dado aos acordos e convenções negociados pelas partes e estabelece que os acordos extrajudiciais serão homologados e dirimidos pela Justiça do Trabalho.  
Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 427/2015).

**PROJETO DE LEI 4962/2015**  
Autor: Deputado Julio Lopes (PP/RJ)  
Ementa: Altera a redação do artigo 618 da CLT. Trata da flexibilização temporária da jornada de trabalho e do salário mediante acordo coletivo de trabalho.  
Situação: Tramitando em conjunto (Texto apensado ao PL 944/2015).

### SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO 397/2015**  
Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)  
Ementa: Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.  
Situação: Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Remetida à Câmara dos Deputados em dezembro de 2015.

## Base de Beto Richa quer aprovar “pacotaço” até a próxima terça-feira (13)

06/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A base aliada do governador Beto Richa (PSDB) pretende encerrar a tramitação – e aprovação – do novo “pacotaço” do Executivo estadual até a próxima terça-feira (13). A ideia é fazer as quatro votações necessárias de cada um dos seis projetos, além de uma reanálise das matérias pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na

segunda-feira (12) e na terça. Reduzida, a oposição promete usar todas as manobras regimentais possíveis para evitar o que chama de "tratoração repaginado".

### **Em tramitação na Assembleia**

Saiba quais são os seis temas abordados por cada um dos seis projetos do novo pacote do governo do estado.

- Processo administrativo fiscal
- Taxas de controle e monitoramento de recursos hídricos e minerais
- Instituição do Conselho de Controle das Empresas Estaduais
- Base de cálculo do ICMS de origem em outra unidade federada
- Prestação de serviços da Companhia de Habitação do Paraná
- Taxas de veículos de propriedade das empresas locadoras

O conjunto de medidas têm o objetivo de levantar recursos para aumentar a capacidade de investimentos do governo do estado em 2017. Logo de cara, porém, as propostas encontraram forte resistência da própria bancada governista e, também, de grupos da sociedade civil organizada, como o setor produtivo e a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR).

Diante da pressão, o Executivo concordou em fatiar o texto em seis projetos distintos (veja quadro ao lado). Também se comprometeu a apresentar uma série de emendas, por meio de deputados aliados, para adequar os textos aos acordos com cada entidade.

De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB), a intenção é aprovar os textos em primeira votação na tarde de segunda e, logo em seguida, abrir uma sessão extraordinária para a votação em segundo turno.

Assim, os deputados poderão apresentar emendas aos textos no mesmo dia, permitindo que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) avalie as mudanças no início da tarde de terça, antes da sessão em plenário.

Na sequência, deverão ser realizadas quantas sessões forem necessárias para aprovar os textos em segunda e terceira discussões e redação final, para que eles possam ser enviados à sanção governamental.

A pressa do governo está na exigência do cumprimento da noventena, período de 90 dias que precisa ser respeitado para que novos valores tributários entrem em vigor. É o caso da taxa que se pretende cobrar de grandes empresas que são usuárias de água não tratada e de recursos minerais, que deverá valer a partir de 1º de janeiro de 2017.

"Vamos apresentar uma série de emendas na segunda-feira. Tentaremos usar tudo o que estiver amparado no regimento para impedir esse 'tratoração', que é idêntico à famigerada comissão geral", atacou o líder do PMDB, Nereu Moura.

### **Bancários devem entrar em greve a partir de hoje; veja como pagar contas**

06/09/2016 – Fonte: UOI Economia



Bancários de todo o país devem entrar em greve nesta terça-feira (6), depois de rejeitar a proposta oferecida pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Mesmo

que os bancos fechem, o consumidor tem de pagar as contas em dia (veja orientações mais abaixo).

As reivindicações incluem reajuste salarial, reposição inflacionária de 5%, antecipação e reajuste na participação dos lucros, aumento do piso salarial, aumento do vale-alimentação, melhores condições de trabalho e plano de carreira. A greve será realizada em todo o território nacional.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Lourenço Prado, o movimento tem prazo indeterminado. "Os caixas vão continuar funcionando e os correspondentes bancários também funcionam normalmente", afirma.

### **Proposta**

De acordo com Prado, a proposta apresentada está abaixo da inflação do período, que é de 9,57%. O pedido da categoria é de pelo menos 5% de aumento real. "Nossa reivindicação é de pelo menos 15% de reajuste salarial. O que eles oferecem é 2,8% abaixo da inflação do período", disse.

A proposta da Fenaban, rejeitada pela categoria, é de reajuste de 6,5% (para uma inflação de 9,57%) e abono de R\$ 3 mil, que não incide sobre os salários, nem sobre o FGTS, as férias ou o décimo terceiro.

"Além disso, a proposta inclui participação os lucros e aumento no vale alimentação (que passará a R\$ 523,48 mensais) e no vale refeição (que alcançará R\$ 694,54 mensais). Estes e outros benefícios pagos aos bancários estão entre os mais altos do mercado", afirma a Fenaban.

### **Consumidor tem de pagar contas**

A greve dos bancos não tira do consumidor a obrigação de pagar as contas em dia, alerta a Proteste Associação de Consumidores. A entidade orienta os consumidores a utilizar meios alternativos para quitar seus compromissos.

As opções incluem caixas eletrônicos, internet banking, o aplicativo do banco no celular (mobile banking), operações bancárias por telefone e também pelos correspondentes, que são as casas lotéricas, agências dos Correios, redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais credenciados.

Aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) poderão retirar, como de costume, o dinheiro nos caixas eletrônicos. Já os aposentados e pensionistas que recebem pela Caixa Econômica Federal só poderão retirar o benefício nas casas lotéricas, diz a Proteste.

### **Veja algumas opções de atendimento e serviços oferecidos:**

- **Caixas eletrônicos:** depósitos, pagamentos, saques, transferências, retiradas de talão de cheques, bloqueio/ desbloqueio de cartão, recarga de celulares, consulta de saldo/extrato, saques de benefícios sociais.

- **Internet banking e telefone:** consultas, pagamentos, solicitação/desbloqueio de cheques, empréstimos entre outros.

- **Convênios com estabelecimentos comerciais:** alguns bancos têm convênios com lotéricas (Caixa Econômica Federal), Correios (Bradesco), supermercados Extra, Compre Bem, Pão de Açúcar e Barateiro (Banco do Brasil), e algumas lojas de departamento e drogarias, onde se pode pagar contas de consumo (água, telefone, energia elétrica, gás, etc.), entre outros serviços. O consumidor pode se dirigir a esses estabelecimentos e consultar quais os serviços disponibilizados no local.

- **Débitos automáticos:** os débitos em conta corrente (débitos automáticos) são de responsabilidade exclusiva dos bancos, devendo ser efetuados regularmente, desde que haja saldo na conta.
- **Conta-salário:** só recebe créditos da empresa ou fonte pagadora e não pode ser utilizada para débitos decorrentes da quitação de contas de consumo, títulos, boletos bancários, impostos e taxas. Segundo a Proteste, as pessoas não podem ser impedidas de ter acesso ao seu salário, que tem, por lei, caráter alimentar.
- **Cobranças pré-agendadas e não efetuadas:** nesses casos, os consumidores têm direito a pedir ressarcimento por perdas e danos sofridos e comprovados. O banco tem que arcar com os prejuízos, de acordo com a entidade.

## **Greve dos bancários fecha agências no país nesta terça-feira**

06/09/2016 – Fonte: G1

Bancários de todo o país devem entrar em greve a partir desta terça-feira (6) por tempo indeterminado, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). A paralisação foi aprovada em assembleia na última quinta-feira (1º). No início do dia, pelo menos 11 estados e o Distrito Federal tinham agências fechadas.

### **Veja a situação em cada estado e no DF**

#### **Amazonas**

A greve vai afetar o funcionamento de agências em Manaus e no interior do estado. Ainda não há estimativa de quantas agências já tiveram as atividades afetadas. Um levantamento do Seeb-AM aponta que Manaus tem 94 das quase 168 agências bancárias do estado. Ao todo, há mais de 3 mil bancários no Amazonas. Cerca da metade atua na capital.

#### **Alagoas**

Apesar de começar oficialmente nesta terça, a greve dos bancários já gerava transtornos para os usuários de Maceió desde à tarde da véspera, quando se formaram filas nas salas de atendimento de algumas agências por causa da falta de dinheiro nos caixas eletrônicos.

#### **Goiás**

De acordo com o Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás, 60% das agências de bancos públicos e privados em Goiânia e no interior estarão com o atendimento suspenso.

Segundo o presidente do sindicato, Sérgio Luiz da Costa, vários serviços serão afetados pela greve.

“A expectativa é que o primeiro dia de greve já comece com uma movimentação bem forte. Estarão suspensos os serviços que os clientes utilizam dentro das agências, relacionados ao FGTS, seguro desemprego, contratos, revalidação de senha de cartão, abertura de contas, vendas de produtos, entre outros”, afirmou.

#### **Espírito Santo**

Os bancários do Espírito Santo também decidiram entrar em greve. O Sindibancários foi procurado pelo **G1**, mas, por enquanto, não soube informar quantas agências aderiram à paralisação. Um levantamento será feito ao longo da manhã, e a expectativa é que o número seja divulgado ao meio-dia.

## **Distrito Federal**

Por causa da paralisação nacional, agências amanheceram com cartazes afixados indicando a mobilização, que vai reduzir os serviços nas agências. A categoria reivindica aumento de 15% (sendo que 10% são para cobrir perdas com inflação e 5% representariam aumento real).

Pela estimativa do Sindicato dos Bancários de Brasília, existem cerca de 600 unidades de atendimento em todo o DF, onde trabalham 30 mil bancários. Até as 7h16, o sindicato não estimou quantas agências foram fechadas nem o número de trabalhadores que aderiram à paralisação. O piso da categoria é de R\$ 1,9 mil.

## **Minas Gerais**

Bancários de 27 agências do Norte de Minas Gerais aderiram à greve que teve início nessa terça-feira (6). Luiz Carlos Rocha Caldeira, presidente do sindicato que representa a categoria em 74 municípios da região, afirma que o levantamento é inicial e que mais profissionais devem aderir ao movimento. Em Montes Claros, houve a adesão de profissionais dos Bancos do Brasil, Nordeste, Bradesco e Caixa Econômica.

## **Pará**

Em toda Região Metropolitana de Belém, na porta das agências bancárias o aviso anunciava que não haveria expediente. A última paralisação dos bancários ocorreu em outubro de 2015 e teve duração de 21 dias, com agências de bancos públicos e privados fechadas em todo o Brasil.

## **Paraíba**

Os bancários da Paraíba iniciam nesta terça-feira (6) uma greve geral por tempo indeterminado. Com a paralisação, os serviços bancários oferecidos pelas agências passam a funcionar com apenas 30% da capacidade. A decisão pela greve foi feita em assembleia específica, realizada na noite de quinta-feira (1º), na sede do Sindicato do Bancários da Paraíba, em João Pessoa.

## **Paraná**

Bancários de Curitiba e Região Metropolitana também entraram em greve por tempo indeterminado a partir desta terça.

## **Rio Grande do Norte**

Bancários do Rio Grande do Norte aderiram à paralisação nacional da categoria e decidiram entrar em greve nesta terça-feira (6).

## **Santa Catarina**

Funcionários da Grande Florianópolis se reunirão nesta manhã, diante do Banco do Brasil, em frente à Praça XV, no centro da capital, para deliberar as ações do início da greve da categoria nos 23 municípios da região. Segundo o sindicato da região, municípios do Sul catarinense devem entrar em greve na quinta-feira (8).

## **São Paulo**

Agências bancárias de Sorocaba e região também aderiram à paralisação nacional. Segundo o presidente do sindicato da categoria, Júlio Camargo, a greve fechar 300 agências em 40 municípios da região.

## **Reivindicações**

A categoria rejeitou a proposta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) de reajuste de 6,5% sobre os salários, a PLR e os auxílios refeição, alimentação, creche, e abono de R\$ 3 mil. Os sindicatos alegam que a oferta ficou abaixo da inflação projetada em 9,57% para agosto deste ano e representa perdas de 2,8% para o bolso de cada bancário.



Os bancários querem reposição da inflação do período mais 5% de aumento real, valorização do piso salarial, no valor do salário mínimo calculado pelo Dieese (R\$ 3.940,24 em junho), PLR de três salários mais R\$ 8.317,90, além de outras reivindicações, como melhores condições de trabalho.

Segundo a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban, o braço sindical dos bancos), a proposta representa um aumento, na remuneração, de 15% para os empregados com salário de R\$ 2,7 mil, por exemplo. Para quem ganha R\$ 4 mil, o aumento de remuneração será de 12,3%; e, para salários de R\$ 5 mil, equivale a 11,1%. O piso salarial para a função de caixa, com o reajuste, passaria a R\$ 2.842,96, por jornada de 6 horas/dia.

"É importante ressaltar que as soluções encontradas na mesa de negociação variam conforme a conjuntura econômica e que a proposta apresentada neste ano responde a condições específicas pela qual passa a economia brasileira", diz a entidade.

### **Atendimento**

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lembra que os clientes podem utilizar os caixas eletrônicos para agendamento e pagamento de contas (desde que não vencidas), saques, depósitos, emissão de folhas de cheques, transferências e saques de benefícios sociais.

Nos correspondentes bancários (postos dos Correios, casas lotéricas e supermercados), é possível também pagar contas e faturas de concessionárias de serviços públicos, sacar dinheiro e benefícios e fazer depósitos, entre outros serviços.

### **Greve passada**

A última paralisação dos bancários ocorreu em outubro do ano passado e teve duração de 21 dias, com agências de bancos públicos e privados fechadas em 24 estados e do Distrito Federal. Na ocasião, a Fenaban propôs reajuste de 10%, em resposta à reivindicação de 16% da categoria.

## **Empresários que acham crise muito grave caem de 60,2% para 39,5%**

06/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Varejistas e prestadores de serviços estão mais otimistas em relação aos próximos meses. Segundo levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), caiu de 60,2% em abril para 39,5% em agosto o percentual de empresários que consideram a crise econômica muito grave.

Para 47,9%, o segundo semestre será melhor do que o primeiro, enquanto 6,8% acreditam que será pior, bem abaixo dos 39,5% que esperam piora anteriormente.

Segundo a pesquisa, em meio à crise, algumas medidas estão sendo tomadas pelos empresários para se manter no mercado. A principal delas é a contenção de despesas, adotada por 38% - percentual menor que o verificado em abril, quando era de 45,1%.

Em segundo e terceiro lugar, aparecem a redução dos preços (17,3%) e a demissão de funcionários (10,1%). Já o investimento em propaganda e marketing e a mudança de foco no perfil do cliente aumentaram entre abril e agosto de 2016, respectivamente de 4,8% para 7,7% e de 2,3% para 6,1%.

A pesquisa mostra ainda que a maioria dos entrevistados não pretende demitir funcionários: 84,1% afastam a possibilidade de reduzir o quadro contra 8,6% que consideram a possibilidade.

No entanto, pela sua gravidade, a crise já gerou impactos nas empresas. De acordo com a pesquisa, 62,9% dos entrevistados tiveram que demitir funcionários no primeiro semestre. Ainda como reflexo das dificuldades econômicas, metade dos entrevistados diz estar com seu negócio estagnado; 12,9% afirmam estar em crise e outros 13,1%, no vermelho. E cerca de 20% confessam que estão em crescimento.

#### Queda nas vendas

Na percepção dos empresários que se dizem afetados pela crise (87,3%), o maior impacto sobre os seus negócios foi a diminuição das vendas (70%), com percentual menor que a sondagem para o primeiro semestre (82,7%). Os demais motivos mais citados também tiveram queda na comparação: aumento do pagamento de impostos (33,8% ante 51,0%), e a inadimplência dos clientes (31,8% ante 32,8%).

Na percepção dos empresários, o maior impacto da crise política sobre a economia foi o aumento do desemprego (65,8%), seguido do reajuste dos impostos (50,5%), e a redução das vendas (45,7%). A proporção dos que mencionaram esses dois últimos impactos caiu na comparação com abril, quando eram de 63,6% e 59,2% respectivamente.

Para que o Brasil volte a crescer, as principais atitudes a serem tomadas - na opinião dos empresários - são a redução dos impostos (42,7%), o combate à corrupção (42,7%) e o controle da inflação (39,1%).

O levantamento do SPC Brasil e da CNDL mostrou que o maior temor dos empresários é que o país não saia da crise em 2016. Porém, o percentual caiu em relação ao levantamento de abril: de 41,1% para 33,5%.

A pesquisa foi realizada com 822 empresários de todos os portes dos segmentos de comércio e serviços nas 27 capitais e no interior do país.

### **Fazenda Rio Grande lidera geração de empregos no Paraná**

06/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O município de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, registrou o maior saldo de geração de vagas no Estado em julho, de acordo com dados do Cagedo Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Puxado pelo setor industrial, o município teve um saldo – diferença entre admissões e demissões - de 322 vagas. Depois vem Capanema (Sudoeste), com 200 vagas; Alto Paraná (Noroeste), com 154; Palmeira (Campos Gerais), com 104, e Bocaiúva do Sul (RMC), com 103 vagas.

É o segundo mês seguido que um município da RMC lidera a geração de vagas. Até meados do ano, predominaram as cidades do Interior na criação de novos empregos no Estado. Em junho, São José dos Pinhais havia registrado o maior saldo de vagas (359), impulsionadas pelas contratações da indústria de material de transporte e a fabricação de cosméticos.

A mudança se deve, principalmente, à melhora da atividade industrial na RMC, segundo Suelen Glinski Rodrigues dos Santos, economista do Observatório do Trabalho, da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e responsável pelo levantamento.

“Os números já apontam para uma retomada da indústria e uma recuperação, ainda que tímida, da geração de vagas na Grande Curitiba. Isso é importante porque as regiões metropolitanas do País foram, de maneira geral, muito afetadas pela crise, com demissões do comércio e da indústria”, diz.

Com 81,7 mil habitantes, Fazenda Rio Grande se destacou, em julho, na atividade de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica, com 224 postos.

ACUMULADO DO ANO - No acumulado do ano, Fazenda Rio Grande registrou um saldo de 177 vagas, das quais 172 geradas na indústria, com destaque para os segmentos mecânico, têxtil e de produção de alimentos.

Outro município da RMC que teve bom desempenho foi Bocaiúva do Sul, com saldo de 411 vagas nos primeiros sete meses, das quais 284 na indústria, concentrada em atividades como metalúrgica, de alimentos e madeira e mobiliário.

INTERIOR - Entre janeiro a julho, porém, a campeã de vagas foi Capanema, com saldo positivo de 2.719 vagas, efeito principalmente na construção da usina hidrelétrica de Baixo Iguaçu.

No período, a geração de vagas no Paraná foi bastante concentrada no Interior, puxada principalmente pelo agronegócio. No acumulado de janeiro a julho, a agropecuária (1.281 postos) foi o setor que mais gerou empregos formais no Estado, seguido pela administração pública (632 postos).

Na direção contrária, o comércio foi o setor que mais influenciou negativamente os números de emprego no Paraná, com saldo negativo de 10.938. A indústria de transformação registrou menos 9.703 postos.

Para Suelen, a tendência é que a indústria passe, gradativamente, a melhorar os números de emprego até o fim do ano, favorecendo os números da RMC.

DESACELERAÇÃO - Os números do Caged já mostram uma desaceleração das demissões como um todo no Estado, embora a diferença entre admissões e demissões ainda esteja negativa. Em julho foram 91.075 demissões, volume 4% menor do que em junho (94.504).

Ainda assim, o Paraná fechou com saldo, entre admissões e demissões, negativo em 5.618 no mês. Mas o volume foi menor do que em junho, quando foram pedidas perdidas 7.130 vagas, e do que mesmo período do ano passado (-12.355).

O Estado teve um resultado melhor do que os demais do Sul. Santa Catarina registrou um saldo de -5.819 postos e Rio Grande do Sul de -12.166 postos em julho.

A Região Metropolitana de Curitiba se destacou nos últimos anos na atração de investimentos por meio do programa de incentivos Paraná Competitivo. Desde 2011, foram R\$ 11,03 bilhões em projetos de ampliação e construção de novas fábricas que geraram 31 mil empregos no período.

Em Fazenda Rio Grande, um dos destaques é o investimento da japonesa Sumitomo Rubber, que depois de inaugurar, há três anos, uma fábrica de pneus para veículos de passeio na cidade, anunciou no mês passado o projeto de uma nova linha de produção, dessa vez, de pneus para caminhões.

Os investimentos são estimados em R\$ 487 milhões e incluem, também, a ampliação da atual fábrica de pneus para veículos de passeio. As obras devem começar em 2017. Com o novo investimento, a fábrica de Fazenda Rio Grande deverá gerar mais cerca de 160 empregos até o final de 2020.

## **Indicador de Emprego avança em agosto e atinge maior nível desde 2011, diz FGV**

06/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) da Fundação Getúlio Vargas subiu 1,1 ponto em agosto ante julho, atingindo 90,2 pontos. O índice alcançou o maior patamar desde maio de 2011, quando estava em 90,4 pontos, informou a instituição nesta terça-feira, 6.

Segundo a FGV, a sexta alta consecutiva no IAEmp corrobora a manutenção da tendência de arrefecimento no ritmo de queda do pessoal ocupado na economia brasileira nos próximos meses.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) recuou 1,0 ponto em agosto ante julho, para 95,8 pontos. Apesar do resultado favorável, a FGV ressalta que esse indicador apresenta ainda uma tendência incerta ao longo de 2016.

“Os dados de agosto reforçam a perspectiva de geração de emprego no futuro com base no crescimento do IAEmp que atingiu níveis próximos aos de 2011. No entanto, o otimismo futuro quanto à geração de postos de trabalho não se reflete no ICD, que ilustra a situação atual do mercado de trabalho, e mostra recuperação mais lenta”, afirmou Fernando de Holanda Barbosa Filho, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Barbosa Filho explica que o patamar elevado ainda do ICD indica que os consumidores não percebem uma melhora imediata do mercado de trabalho. “Com isso, os índices continuam apresentando tendência de elevação da taxa de desemprego no curto prazo e retomada da criação de emprego no médio e longo prazo”, avaliou o pesquisador.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho.

O IAEmp, por sua vez, é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é antecipar os rumos do mercado de trabalho no País.

## **Lagarde defende reformas no Brasil**

06/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, disse esperar que o novo governo de Michel Temer entenda a agenda de reformas estruturais no Brasil como prioritária.

Durante a reunião do G-20, Lagarde disse que as prioridades do grupo são acelerar o crescimento econômico e permitir que essa expansão seja compartilhada por mais países.

As reformas fazem parte do discurso central do Fundo. No G-20, a entidade defendeu como prioridade número um do FMI “a coordenação de esforços para aumentar o crescimento” econômico.

Para isso, o grupo “concordou em identificar e priorizar reformas que forneçam maior crescimento para todos os países”. Lagarde reafirmou o discurso contra o protecionismo e o apoio ao livre-comércio.

## Ministro do STF recomenda que ação sobre terceirização vá a plenário

06/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Supremo Tribunal Federal (STF) será obrigado a se posicionar sobre a terceirização irrestrita se o Senado Federal regulamentar esse tipo de contrato apenas para algumas atividades.

O ministro Luiz Fux, relator de uma ação que questiona a constitucionalidade da terceirização em todos os setores, recomendou, na semana passada, que a matéria seja incluída na pauta do plenário do STF.

A decisão do ministro dá mais urgência para a votação, pelo Senado, do texto que já foi aprovado na Câmara. Se os parlamentares aprovarem a regulamentação para todas as atividades, a ação do STF perde automaticamente seu objeto.

O tema é uma das principais pautas econômicas em trâmite no STF porque afeta os direitos de 13 milhões de brasileiros que são terceirizados. Como mostrou reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", o governo decidiu patrocinar o projeto aprovado no início de 2015, que conta com o apoio de associações patronais, mas é rejeitado pelas centrais sindicais. A equipe do presidente Michel Temer quer a regulamentação da terceirização até o fim deste ano, juntamente com o andamento da reforma da Previdência.

O senador Paulo Paim (PT-RS) já avisou que vai apresentar um novo texto para colocar "limites" na terceirização. Ele defende que esse tipo de contrato só seja permitido nas chamadas atividades-meio, ou seja, as que não compõem o principal objetivo operacional da empresa, mesmo posicionamento de uma jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que impede a terceirização de atividades-fim (que identificaria a área de atuação de uma empresa). Para o empresariado, porém, esse é um conceito bastante vago.

"Não há parâmetro técnico ou legal para dizer que terceirizar atividade-fim significa a precarização do trabalho", disse Flávio Unes, do escritório Silveira e Unes. Ele defende a Febratel (Federação Brasileira de Telecomunicações), que conseguiu uma liminar, dada pelo ministro Teori Zavascki.

Na prática a decisão permite que o setor de telecomunicações continue contratando terceirizados em serviços de call center. Segundo ele, o maior problema é que a Justiça trabalhista tem considerado ilegal esse tipo de contratação. "Hoje, da maneira como está, a decisão fica dependendo da discricionariedade de cada juiz", critica Williane Ibiapina, do escritório Siqueira Castro.

"O STF pode ser chamado a decidir de forma indireta ou vamos continuar a ter uma regularização de fachada, que permite a precarização", afirmou. A terceirização chegou a colocar de lados opostos as duas maiores centrais sindicais do País: CUT e Força. A última defendia o projeto aprovado na Câmara, mas agora diz que é preciso modificá-lo para permitir a terceirização só na atividade-meio.

As centrais sindicais reclamam que o projeto, da forma como está, só beneficia as empresas. Alegam que isso significará uma "precarização" nas condições de trabalho, com redução de salário e retirada de benefícios.

A maior crítica dos sindicatos é de que o governo Temer quer aproveitar esse momento de fragilidade na economia para passar medidas contrárias aos direitos dos trabalhadores. Para Sérgio Nobre, secretário geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o projeto de terceirização que está no Senado é uma "tragédia".

“Se esse programa de governo tivesse passado pelo crivo dos eleitores, o PMDB nunca conseguiria assumir o poder. Esse governo não tem legitimidade para tocar reformas dessa magnitude”, afirmou.

### **BNDES: mais empresas devem receber financiamento para exportação**

06/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) espera que mais empresas acessem a linha de financiamento voltada à exportação, o Exim Pré-embarque, com as mudanças nas condições de pagamento anunciadas nesta segunda-feira, 5.

A ideia é focar em companhias com potencial de geração de emprego no mercado interno e que, ao mesmo tempo, têm dificuldade de conseguir dinheiro a baixo custo. Em contrapartida, o volume total desembolsado para exportação deve cair, segundo o superintendente da área de Comércio Exterior do BNDES, Leonardo Pereira.

Na prática, a principal mudança foi a melhora das condições de financiamento garantidas às empresas de médio-grande porte, sobretudo às de bens de consumo. A partir de agora, elas passam a ter acesso às melhores taxas oferecidas pelo banco, até então restrita às micro e pequenas empresas.

O grupo terá acesso a financiamento com juros anuais atrelados à TJLP, que em setembro está fixada em 7,5%, bastante inferior à Selic, fixada em 14,25%. O BNDES também está disposto a financiar uma parcela maior dos projetos dessas empresas. Pelas novas regras, a participação será de até 70%, ante o limite de 40% da política vigente até então.

“O banco vai priorizar o recurso mais nobre para segmentos que têm mais dificuldade de ter acesso ao crédito, apesar de serem grandes geradores de emprego. A ideia é tentar alargar a base de exportação”, afirmou Pereira.

Em compensação, as grandes empresas exportadoras, com faturamento anual superior a R\$ 300 milhões, vão pagar mais caro pelo crédito. Das empresas de bens de capital, serão cobrados juros atrelados à Selic, na proporção de 70%, e à TJLP, de 30%. Antes, a taxa básica era a única referência. O limite de participação nos projetos, no entanto, foi ampliado de 40% para 70%.

Já para as exportadoras do segmento de bens de consumo, os juros serão 100% atrelados à Selic. Antes, a cesta de referência era composta por TJLP, na proporção de 60%, e Selic, 30%. O limite de participação do banco passou de 50% para 70%.

### **Na crise, Volvo dribla perdas no Brasil**

06/09/2016 – Fonte: Automotive Business



O mercado de caminhões encolheu 70% no Brasil nos últimos três anos, segundo os cálculos da Anfavea. O tombo desestabilizou projetos das montadoras no País, mas não foi capaz de levar a Volvo ao prejuízo na América Latina. Quem conta é o CEO global da companhia, Martin Lundstedt, durante entrevista na sede da companhia em

Gotemburgo, na Suécia. "Fizemos um ótimo trabalho diante da queda do mercado e estamos com a lucratividade próxima de zero este ano, sem prejuízo. Em 2015 também não perdemos dinheiro", garante, com orgulho.

Ele ocupa o mais alto cargo de liderança da companhia há um ano, posição que assumiu com a missão de melhorar a rentabilidade. Na bagagem, Lundstedt trouxe a experiência de duas décadas na Scania, incluindo três anos na presidência da companhia e passagem pela operação brasileira nos anos 1990.

Segundo ele, o mérito pelo resultado ainda positivo na América Latina está relacionado com a linha de produtos globalizada e com a independência da operação local, centralizada em Curitiba (PR) para caminhões e ônibus e em Pederneiras (SP) para máquinas de construção.

"São plantas completas, com capacidade tecnológica tão avançada quanto no resto do mundo. No Paraná fazemos ainda motores e transmissões", diz. O executivo aponta que a região tem forte independência, com grande entendimento sobre o cliente local e autonomia para tomar decisões. "Não falamos de Gotemburgo o que eles devem fazer. Eles sabem o que é necessário para desenvolver a empresa no mercado latino-americano", aponta, enumerando o mérito no trabalho com vendas, serviços, produção e pesquisa e desenvolvimento, já que Curitiba abriga um dos oito centros tecnológicos da companhia no mundo. A unidade recebeu uma série de investimentos recentes: US\$ 500 milhões anunciados em 2013 somados a outro pacote de US\$ 320 milhões em 2014.

Lundstedt estima que, depois de absorver 40 mil caminhões pesados em 2015, a demanda do continente caia para 30 mil este ano. A participação de mercado da companhia se manteve estável em 20% nos segmentos de semipesados e pesados na região, segundo o executivo.

"É claro que, com a estrutura que temos hoje, é importante que aconteça alguma recuperação. Mas estamos no caminho certo", observa. O CEO diz que já percebe os primeiros sinais de melhora da confiança local, mas reforça que é essencial garantir previsibilidade para os próximos anos, batendo na mesma tecla que outras fabricantes de veículos pesados insistem no Brasil. "É uma economia muito grande. Precisa de continuidade, infraestrutura e investimento."

## **EXPORTAÇÕES PARA GARANTIR RENTABILIDADE**

A importância da América Latina no faturamento do Grupo Volvo, que era de 10%, caiu para 5%. Enquanto isso, os negócios melhoram na Europa e nos Estados Unidos, principal mercado da empresa no mundo.

A severa contração do mercado brasileiro chamou a atenção da companhia para a necessidade de melhorar as exportações locais. "Um dos desafios do Brasil é que o país ainda tem uma economia fechada. Com isso, temos ondas maiores de altos e baixos. Não vemos isso em economias mais abertas, como Chile e Peru", avalia.

O país tem dificuldade de exportar, com câmbio desfavorável até pouco tempo atrás. "Nos últimos anos, 80% da nossa produção no Brasil atendia ao mercado interno.

Agora, com a crise, este percentual baixou para 60%, com 40% para exportação. A minha vontade é de, no longo prazo, manter a mesma proporção mesmo com a melhora do mercado interno", esclarece.

Segundo ele, há condições para atender a este objetivo, já que a Volvo trabalha globalmente com integração produtiva entre suas fábricas. Assim, além de abastecer mercados da América Latina, a operação nacional poderia atender a demanda da África

e até da Ásia, eventualmente. "Isso deixaria a planta de Curitiba menos vulnerável. Por enquanto estamos apoiados em poucos mercados", aponta.

Segundo ele, exportar é o caminho para recuperar a rentabilidade localmente. "Se você tem rentabilidade e performance, você é mestre do seu destino", diz, em referência ao poder de desenhar estratégia e decidir projetos localmente.

O foco, Lundstedt diz, não é crescer indiscriminadamente, mas avançar com rentabilidade e consistência. Com isso, a América Latina seria o reforço necessário para o resultado positivo que a companhia espera alcançar globalmente em 2016.

## **FUTURO AUTÔNOMO E CONECTADO**

Ao projetar os próximos anos, o CEO do Grupo Volvo conta que a companhia trabalha com um tripé tecnológico para desenvolver seus novos produtos. O primeiro pilar é a conectividade, que inclui uma série de oportunidades na área de internet das coisas.

Em seguida ele cita a eletro-mobilidade, com o esforço para oferecer diferentes combinações de tecnologias de propulsões que vão dos totalmente elétricos aos híbridos. O terceiro ponto de apoio do tripé está na automação.

"Estes três aspectos podem ser combinados de diferentes maneiras e vão transformar a indústria e o comportamento do consumidor", acredita.

Uma das mudanças importantes, ele diz, é que o processo de desenvolvimento deixará de ser centralizado para ser feito com uma rede de parceiros, que inclui empresas de infraestrutura, segurança e companhias de tecnologia, que fazem radares e câmeras, por exemplo.

"No futuro nosso negócio não será mais sobre fabricar um caminhão ou ônibus, mas sobre integrar um sistema. As soluções não serão iguais e teremos de desenvolver cada uma delas com o cliente, no lugar de desenvolver sozinhos e depois vender a solução pronta", diz.

Ele dá o exemplo do caminhão autônomo que roda na operação da mineradora Boliden, com projeto implementado em parceria com este cliente. "Claro que temos que testar mais, mas sinto que a tecnologia é muito segura e estou impressionado com o nível de engenharia que alcançamos. O mercado está interessado e tenho orgulho da posição forte que ocupamos nesta área."

## **Volvo já tem caminhão autônomo em operação**

06/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volvo quer ser uma das empresas líderes em direção autônoma para veículos comerciais e dá passos consistentes para alcançar o objetivo. Desde junho um caminhão da companhia equipado com a tecnologia roda na operação da mineradora sueca Boliden, especializada na extração de minérios como zinco, bronze, alumínio e ouro.

O veículo trabalha dentro da mina de Kristineberg, no norte da Suécia, e leva carga de 25 toneladas de pedras. Nos próximos meses, com o amadurecimento dos testes,



o veículo será efetivamente integrado à operação e transportará o material escavado.

O modelo usado no programa que coloca o caminhão autônomo em aplicação real é o FMX adaptado. O caminhão fora de estrada voltado a aplicações pesadas ganhou 6 sensores Lidar, tecnologia de precisão milimétrica que calcula distâncias e mapeia ambientes a partir de pulsos de luz. No futuro devem ser integradas câmeras também.

A intervenção humana direta só é necessária para ligar e desligar o veículo. O resto é feito pelo sistema.

De fora da mina, a equipe define por computador uma missão, com a rota e as paradas que o caminhão deve fazer. Lá dentro o veículo cumpre a programação mesmo no escuro dos túneis abaixo do solo, reconhece o espaço e a sua localização no mapa, detecta as paredes irregulares da mina, percebe obstáculos e faz manobras para mudar de direção. Tudo é exibido em uma tela instalada na cabine.

No teste feito com a reportagem a bordo, o FMX autônomo circulou por cerca de 10 minutos. Um engenheiro fica no posto de motorista, apesar de não tocar na direção ou nos pedais de freio e acelerador.

A ideia é monitorar a operação nesta fase de desenvolvimento. No futuro, no entanto, tirar o motorista dali é justamente um dos objetivos do programa. "É um trabalho desgastante que não deve ser feito por pessoas, mas por máquinas. Vamos deslocar esses trabalhadores para outras posições na operação", diz Peter Burman, que lidera o programa de automação das minas da Boliden.

A mina de Kristineberg é uma das cinco operadas pela Boliten, com 45 quilômetros de vias internas e profundidade que chega a 1,3 mil metros. A mineradora é referência quando o assunto é tecnologia na área e já tocava projeto próprio de automação antes mesmo da cooperação com a Volvo.

A unidade de Kristineberg é uma das únicas no mundo a contar com wifi, recurso essencial para o caminhão se deslocar lá dentro, já que não há sinal de GPS. Este foi um dos aspectos que pesaram a favor do local para teste de caminhões. "Teríamos de investir nessa estrutura se a mina não tivesse", conta Christian Grante, especialista técnico em automação da Volvo envolvido no projeto.



## **MINERAÇÃO AUTÔNOMA É MAIS RENTÁVEL**

O programa é uma parceria entre a Volvo, a mineradora e universidades da região. As organizações investem conjuntamente na iniciativa, mas não revelam o valor. A montadora confirma apenas que a área de veículos autônomos recebe "parte significativa" do aporte de US\$ 1,8 bilhão aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Encontrar os parceiros certos parece ser o caminho mais adequado para a Volvo experimentar suas novas tecnologias.

"Em operação fechada não temos de obedecer a legislação viária que exige que um motorista dirija o veículo. Temos flexibilidade e melhor controle para experimentar", diz Hayder Wokil, diretor de automação da Volvo. Por outro lado, o projeto também é positivo para a Boliden, que investe em tecnologias do gênero há quatro anos e

mantém um pé na mineração e outro no mundo digital. "Historicamente nosso setor aplica pouco em P&D, em torno de 0,2% do faturamento. Estamos mudando isso. Não investimos tanto quanto empresas do setor automotivo, mas estamos integrando estas tecnologias na mina", observa Burman.

Segundo ele, além de driblar o risco de acidentes e custos trabalhistas crescentes, os testes mostram oportunidades que fazem brilhar os olhos: aumento da produtividade em 50% e redução da mesma proporção nos custos do transporte.

"Sem intervalos para almoço, mantemos fluxo constante de trabalho", diz. A ideia é implementar amplamente os caminhões autônomos nas minas nos próximos anos. Na primeira etapa, a condução sem motorista será usada apenas dentro da empresa e das minas. A Volvo estima que somente em cinco a 10 anos os caminhões totalmente autônomos serão realidade nas vias públicas.

A Boliden aposta na automação não só como forma de melhorar sua produção, mas também como oportunidade de trazer uma nova fonte de receitas e divisão de negócios.

"Com máquinas e caminhões autônomos, além de drones, teremos mapeamento total das minas e operações. Poderemos criar um banco de dados de mineração e vender essas informações", conta. O programa em parceria com a Boliden já prevê a entrada em operação de mais três caminhões autônomos a partir de 2017.

### **TESTES NO BRASIL JÁ ESTÃO EM CURSO**

Com oito centros de P&D no mundo, a Volvo conduz projetos similares ao feito na Boliden em diversas regiões, incluindo o Brasil. "Temos um projeto no Brasil em parceria com uma usina de cana-de-açúcar, que testa a tecnologia em sua operação", admite Torbjörn Holmström, vice-presidente responsável pela área de tecnologia no Grupo Volvo. A companhia, no entanto, não revela detalhes do programa nacional de pesquisa, que acontece desde o começo do ano e deve ser divulgado em breve.

Em paralelo, a Volvo trabalha no relacionamento com os governos para regulamentar os veículos sem motorista em vias públicas. "Os automóveis autônomos são importantes para que o público conheça e aceite a tecnologia, mas os caminhões são ferramenta de trabalho, trazem benefícios maiores", avalia Wokil, da Volvo.

### **Pedidos de falência registram alta de 20,5% no acumulado do ano**

06/09/2016 – Fonte: Portal Contábil



Os pedidos de falência subiram 20,5% no acumulado de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, de acordo com dados da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), que são de abrangência nacional.

Em agosto, o número de pedidos de falências recuou 3,9% na comparação mensal e aumentou 4,3% na comparação com o mesmo mês de 2015.

No acumulado do ano, as falências decretadas subiram 10,7% em relação a igual período do ano anterior. Na comparação interanual aumentaram 31,2% e caíram 4,7% ante o mês anterior.

Os pedidos de recuperação judicial e as recuperações judiciais deferidas, no acumulado do ano, registraram alta de 70,4% e 71,0%, respectivamente.

Em nota, a Boa Vista informa que, mesmo com relativa melhora das expectativas macroeconômicas, os indicadores de solvência continuam maiores do que os registrados no ano anterior e, apesar da leve desaceleração apresentada nesta aferição, essa tendência não deve se reverter neste ano.

O indicador de falências e recuperações judiciais é construído com base na apuração dos dados mensais registradas na base de dados da Boa Vista SCPC, oriundas de fóruns, varas de falências e dos Diários Oficiais e da Justiça dos estados.

## **Sete Brasil inclui subsidiárias em plano de recuperação**

06/09/2016 – Fonte: Exame



A Sete Brasil conseguiu na Justiça decisão favorável para a inclusão de três subsidiárias austríacas no seu processo de recuperação judicial, a Sete Holding GMBH, Sete International One GMBH e a Sete International Two GMBH.

A decisão é do desembargador Carlos Eduardo Moreira da Silva, da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ).

Em primeira instância, o pedido foi negado pelo juiz da 3ª Vara Empresarial do Rio, que contemplou na recuperação judicial apenas as empresas brasileiras do grupo, a Sete Brasil Participações, a Sete Investimentos I e a Sete Investimentos II.

A empresa recorreu da decisão sob a alegação de que o principal estabelecimento do grupo é o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro, onde exerce as suas atividades.

As três empresas estrangeiras são braços do grupo sem atividades operacionais autônomas. As subsidiárias são vinculadas à companhia no Brasil para emissão de títulos e otimização de eventual estrutura de garantias na contratação de financiamentos.

"Por não exercerem as empresas situadas no exterior atividade operacional autônoma, o litisconsórcio (ajuizamento conjunto) revela-se primordial para que seja assegurada a eficácia da recuperação, resguardando-se a competência e efetividade do juízo universal brasileiro", diz o desembargador em sua decisão.

O pedido de recuperação judicial da Sete Brasil, empresa criada para gerenciar as sondas do pré-sal para Petrobras, foi aprovado pela Justiça do Rio em 13 de junho.

Em 12 de agosto, a empresa ajuizou o plano de recuperação judicial. A proposta prevê a construção de até 12 sondas de perfuração de poços de petróleo, com uma demanda de cerca de US\$ 5 bilhões de investimentos adicionais.

Para desenvolver o plano, a empresa terá que obter financiamento de terceiros.

06/09/2016 – Fonte: G1

O Ministério de Minas e Energia deve divulgar até novembro uma resolução definindo como o governo vai comercializar o petróleo e o gás natural extraídos dos campos do pré-sal explorados sob o regime de partilha, que prevê que o governo recebe parte do produto como pagamento.

O primeiro campo a produzir gás natural no pré-sal, sob o regime de partilha, será o de Libra. O campo foi licitado em 2013 na primeira rodada de leilão de áreas do pré-sal. A previsão é que Libra comece a produzir em 2020.

Segundo o secretário de Petróleo e Gás no Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, o governo quer usar a sua parte do gás como “instrumento de política pública”. A proposta é que ele seja destinado, por exemplo, a indústrias com grande valor agregado ou das quais o Brasil seja muito dependente.

A proposta, no entanto, não é subsidiar o gás natural ou entregar a parte da União de graça, mas lucrar com a venda não deve ser um objetivo. “A União pode lucrar se aquele gás se transformar em insumo para uma indústria da qual o Brasil é dependente”, disse.

Félix destacou que o governo está em contato com indústrias como a de plástico e de fertilizantes, onde o peso do gás natural é muito importante. Essas indústrias foram atraídas para os Estados Unidos, onde o preço do gás natural é mais baixo, principalmente por causa do avanço do chamado shale gás, ou gás não-convencional.

“O diálogo está aberto, mas não temos uma receita pronta [para atrair as indústrias]”, afirmou o secretário.

Em 2017, o governo espera fazer a segunda rodada de licitação de blocos no pré-sal. A licitação deve ocorrer com nova legislação. O governo espera para a semana que vem a votação do projeto que termina com a obrigação da Petrobras de participar da exploração de todos os campos de pré-sal.

### **Gás para crescer**

O governo prevê para outubro o início da consulta pública de uma espécie de novo marco regulatório do gás natural. A proposta é uma reunião de medidas para incentivar o setor. O secretário de Petróleo e Gás destacou, no entanto, que muitas das medidas não devem envolver mudanças em legislação, o que vai acelerar a implantação delas.

Entre as medidas discutidas está a criação de um operador único para o mercado de gás natural. A criação desse gestor do setor, a exemplo do que já existe no setor elétrico, é defendida pela Petrobras. A estatal detinha o monopólio do gás natural no Brasil, mas está em processo de negociação para a venda dos seus ativos de gás, que incluem gasodutos, térmicas e terminais de importação de gás.

A proposta da Petrobras de criar esse gestor independente, afirmou o secretário, ainda será discutida com agentes do setor. Segundo Félix, questões como os limites de atuação desse gestor ainda não estão claras. “O que a Petrobras nos apresentou é que julga importante que alguém faça esse papel que eles fazem hoje”, afirmou.

Questionado se as mudanças no setor de gás levariam o Brasil a uma autossuficiência com relação ao insumo, Félix afirmou que espera que o país conquiste sua “independência” com relação ao gás natural.

## **Dólar opera em queda, perto de R\$ 3,25**

06/09/2016 – Fonte: G1

O dólar opera em queda nesta terça-feira (6), após ter fechado na véspera perto de R\$ 3,30. Na semana passada, a moeda teve quatro sessões seguidas de queda.

Às 9h10, a moeda norte-americana caía 0,4%, vendida a R\$ 3,2688. Veja a cotação do dólar hoje.

Investidores preferiram a cautela diante do contexto político ainda conturbado no Brasil. Para o mercado, Temer ainda não foi capaz de convencer de que vai conseguir aprovar as reformas fiscais, segundo a agência Reuters.

Ruídos ligados à base aliada do presidente recém-empossado vêm alimentando a cautela nos mercados locais, que esperam cada vez mais impacientemente um sinal de força política que demonstre que o governo Temer será capaz de colocar as contas públicas em ordem, ainda de acordo com a agência.

Na véspera, o dólar subiu 0,88%, a R\$ 3,2821 na venda. Foi a cotação mais alta desde 28 de julho, quando o dólar fechou a R\$ 3,2965. No mês de setembro, a moeda avança 1,63%. No ano, contudo, o dólar tem queda acumulada de 18,2%.

### **Atuação do Banco Central**

Na manhã de segunda, o Banco Central vendeu novamente a oferta total de até 10 mil swaps reversos, que equivalem a compra futura de dólares.

## **BC vê alta da inflação neste ano e destaca importância do ajuste fiscal**

06/09/2016 – Fonte: G1

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central avaliou nesta terça-feira (6), por meio da ata de sua última reunião, que manteve os juros estáveis em 14,25% ao ano na semana passada, que a inflação registrou resultados acima do esperado no curto prazo (últimos meses) e acrescentou que as estimativas para 2017 recuaram, mas em "velocidade aquém da perseguida".

"Há riscos de curto prazo para a inflação no Brasil. A elevação nos preços de alimentos persiste. Em contrapartida, preços no atacado já mostram alguns sinais de arrefecimento. Com a transmissão dos preços do atacado para o varejo, é possível que ocorra uma reversão desses preços ao consumidor, diminuindo riscos de efeitos secundários desse choque sobre outros preços na economia", acrescentou o Copom.

No fim de junho, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, informou que buscará atingir a meta central de inflação de 4,5% em 2017 – o que pressupõe um atraso maior no processo de queda dos juros. A previsão dos economistas dos bancos é de que a taxa comece a recuar somente no fim de novembro, na última reunião do Copom deste ano.

O aumento dos juros, ou sua manutenção em um patamar elevado, é o principal mecanismo usado pelo BC para frear a inflação. Com esse procedimento, o BC encarece o crédito.

O objetivo é reduzir o consumo no país para conter a inflação que tem mostrado resistência. Porém, os juros altos prejudicam a atividade econômica e, conseqüentemente, inibem a geração de empregos.

## **Previsões para a inflação e persistência**

Por meio da ata do Copom, o BC informou que sua projeção de inflação, para este ano, avançou de 6,75% para 7,3% - acima do teto de 6,5% vigente para este ano. Se confirmado, será o segundo ano seguido de estouro da meta de inflação.

Para 2017, acrescentou a autoridade monetária, sua previsão, no cenário de referência (juros e câmbio estáveis) já aponta para a meta central de 4,5%, mas considerando a estimativa dos analistas do mercado financeiro para juros e câmbio, ainda está em 5,1% - com queda de 0,2 ponto percentual em relação ao último Copom.

O BC avaliou ainda que "períodos prolongados de inflação alta e expectativas acima da meta" - como na experiência brasileira recente - tendem a reforçar mecanismos inerciais (indexação de preços) e tornar o processo de desinflação (queda do IPCA) mais "lento e custoso".

"Nesse contexto, uma maior persistência inflacionária requer persistência maior da política monetária [manutenção de juros altos por mais tempo]. Por outro lado, o processo contínuo de distensão do mercado de trabalho [alta do desemprego] e a desaceleração significativa da atividade econômica podem, a princípio, produzir uma desinflação mais rápida do que a refletida nas expectativas de inflação medidas pela pesquisa Focus [do mercado] e nas projeções condicionais produzidas pelo Copom", acrescentou.

## **Ajuste fiscal**

Na ata do Copom, o Banco Central novamente destacou a importância de levar adiante o ajuste fiscal. Para melhorar as contas públicas, a equipe econômica propõe um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos, englobando Saúde e Educação, além de uma reforma da Previdência Social, com a instituição de uma idade mínima para homens e mulheres de 65 anos. Esses são os dois pilares do ajuste das contas públicas.

"O processo de implantação dos ajustes necessários na economia, inclusive de natureza fiscal, apresenta-se, ao mesmo tempo, como um risco e uma oportunidade para o processo desinflacionário em curso", avaliou o Banco Central.

Segundo a instituição, os riscos se apresentariam caso "houvesse percepção de que os ajustes seriam abandonados ou postergados significativamente". "Nesse cenário, o processo desinflacionário tenderia a ser mais lento, aumentando os custos de levar a inflação para a meta", avaliou o BC.

Por outro lado, acrescentou a autoridade monetária, os ajustes necessários na economia podem ser aprovados e implementados "de forma mais célere, permitindo ganhos de confiança e queda das expectativas de inflação". "Nesse caso, a redução de incertezas potencializaria os efeitos do ajuste monetário em curso", concluiu.

De acordo com o Banco Central, todos os membros do Comitê enfatizaram que a continuidade dos esforços para aprovação e implementação dos ajustes na economia, notadamente no que diz respeito a reformas fiscais, "é fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira".

"O Comitê deve acompanhar atentamente esses esforços, uma vez que têm reflexos importantes no processo de desinflação. Não houve consenso sobre a velocidade desses ajustes, o que sugere que constituem, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade.

Todos concordaram que as implicações do processo de ajustes na economia para a dinâmica da inflação dependem não somente dos impactos de medidas de curto prazo sobre a demanda agregada, mas também da percepção de melhora da dinâmica das contas públicas no médio e longo prazos", avaliou o Copom.

## **BNDES muda regra de financiamento a empresas exportadoras**

06/09/2016 – Fonte: G1

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta segunda-feira (5) que aprovou novas regras de crédito a exportadores. O banco dará prioridade para empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 300 milhões.

Para exportadoras nacionais nesta categoria, todos os recursos oriundos do BNDES - que poderão chegar a até 70% do total - será referenciado na TJLP (a taxa de juros de longo prazo do banco, hoje em 7,5% ao ano).

A taxa é a mais barata do mercado.

Para as empresas exportadoras com faturamento acima de R\$ 300 milhões por ano, a Selic - hoje em 14,25% - será a principal referência para os financiamentos. Nestes casos, a Selic será a taxa para até 70% dos empréstimos do banco para exportações de bens de capital e até 100% para bens de consumo, informou o banco.

## **Artigo: Dá para fazer ajuste fiscal e pensar em crescimento e emprego ao mesmo tempo**

06/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Teve pouco destaque no Brasil uma decisão dos chefes de Estado da Alemanha, da França e da Itália. Há duas semanas, na Itália, eles avaliaram o impacto da saída do Reino Unido da União Europeia e decidiram mudar os rumos do bloco.

A partir de agora, as lideranças da UE vão reduzir a ênfase dada a temas técnicos, como Orçamento, finanças e austeridade, e dar mais atenção a crescimento, emprego e educação.

O presidente da França, François Hollande, propôs que os recursos do plano traçado pela Comissão Europeia, que prevê o estímulo à criação de empregos no continente entre 2015 e 2018, sejam duplicados, de € 315 bilhões para € 630 bilhões.

A Europa tem problemas específicos, como as migrações. Mas o exemplo poderia servir de inspiração para o atual momento brasileiro. Desde o início do ano passado só dá ênfase no país a ajuste fiscal, austeridade, corte de gastos etc.

A recessão atual é também consequência dessa arenga depressiva acompanhada do corte de despesas, que corrói a confiança dos empreendedores.

A austeridade fiscal e a contenção da dívida pública são fundamentais para o país. As reformas tributária, da Previdência e da legislação trabalhista são urgentes. Mas o discurso depressivo faz muito mal, às vezes mais mal do que as próprias medidas recessivas.

É preciso virar o disco, tomar iniciativas para estimular o crescimento e falar delas. É balela essa história de que primeiro precisamos fazer o ajuste fiscal e depois pensar em crescimento e emprego. As duas coisas podem ser feitas ao mesmo tempo.

As previsões indicam que chegaremos ao fim do ano com 14 milhões de desempregados —hoje temos 12 milhões. Isso exige providências urgentes da nova administração que assumiu o governo na semana passada, após o impeachment de Dilma Rousseff.

É tolice insistir em algo que está dando errado. A austeridade acompanhada de uma taxa de juro real crescente –era de 3,5% no início no ano e agora é de quase 7%– não vai levar ao crescimento.

Só há uma saída: fazer investimentos em infraestrutura e construção, por meio de concessões e também com recursos do próprio governo. É possível reduzir gastos correntes e aumentar investimentos, o que trará novas receitas fiscais.

Nos anos 1920, a Inglaterra enfrentou um grave problema de desemprego. O economista John Maynard Keynes (1883-1946) sugeriu então que o governo aumentasse o gasto público com investimentos para gerar novos empregos.

Ao ser contestado pelo Tesouro, que achou "míope" a sua proposição em um momento de dificuldades, Keynes observou: "Entramos num círculo vicioso. Não fazemos nada porque não temos dinheiro. Mas é precisamente porque não fazemos nada que não temos o dinheiro".

Não sou economista, mas posso dar palpites e acho que é hora de parar de buscar culpados para a crise e arejar o debate sobre como o país pode sair dessa recessão em que se meteu.

Será que vamos superá-la só com mais cortes de gastos? Com juros de 14,25% ao ano? É difícil acreditar nisso, mas o pensamento único atual espalha essa ideia. No prefácio de sua "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", Keynes escreveu: "São espantosas as coisas tolas em que se pode acreditar temporariamente quando se pensa sozinho durante muito tempo".

(Benjamin Steinbruch- é empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

### **Artigo: Aderir ao plano de previdência da empresa deveria ser automático**

06/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Muitas vezes precisamos tomar decisões sem que estejamos preparados para tomá-las. Imagine você recém-formado, celebrando o primeiro dia no primeiro emprego, no departamento de recursos humanos, assinando alguns papéis que formalizam sua contratação. De repente surge a pergunta se você quer aderir ao plano de previdência privada que a empresa oferece aos funcionários.

Você dirige um olhar de dúvida para sua colega e ela se apressa em dizer que, para aderir, você se compromete a investir determinado percentual do seu salário nesse plano de previdência e que a empresa depositará percentual equivalente. Para sacar, você deve observar determinadas regras contidas no contrato de adesão.

Você nem recebeu o primeiro salário e já estão querendo tirar uma fatia dele. Sua primeira reação não é favorável a concordar, não sem conhecer e entender as regras do jogo. O problema é que as regras desse jogo não são nem um pouco simples.

Você só precisa escolher o plano, o regime de tributação e o tipo do fundo de investimento em que o dinheiro será aplicado. E sua colega de RH acha que você está apto a tomar essa decisão nos próximos minutos. Deve ser piada, não é mesmo?

Que negócio é esse de ficar com um pedaço do meu salário? PGBL ou VGBL, o que é isso?! Tabela progressiva ou regressiva do Imposto de Renda?! Tipo de fundo?! Sua colega, sensível ao seu olhar de espanto, informa que você pode pensar e comunicar sua decisão depois. Hum... já sabe o que vai acontecer, né?



Essa história parece brincadeira, mas infelizmente não é. Muitas pessoas passam por situação semelhante e deixam de aderir ao plano que a empresa oferece. Por desconhecimento total do assunto e sem que lhes seja dada a oportunidade de entender as vantagens do benefício que a empresa oferece, deixam passar a chance de aderir a um benefício muito vantajoso para o funcionário.

Com muitas dúvidas, você acaba optando por não aderir, ou adere ao produto errado, com o regime de tributação inadequado, ou aplica em um fundo que não combina com seu perfil de risco. Tudo errado! Então vamos lá.

Ao aderir a um plano de previdência privada fechado, disponível somente para os funcionários da empresa, você concorda em aplicar, por exemplo, 5% do salário todos os meses. O dinheiro será descontado automaticamente na folha de pagamento. Essa é a primeira grande vantagem, aplicação automática, que não depende de você lembrar, ou querer, ou sobrar.

A empresa deposita o mesmo valor em seu nome. De imediato seu salário teve um aumento de 5%, que maravilha! Quem, em sã consciência, pode recusar essa oferta? Mas tem uma condição: você só fica com o dinheiro que a empresa depositou se respeitar a política de concessão do benefício.

Muitos deixam de aderir porque acham que não poderão resgatar o dinheiro se quiserem sair da empresa ou se forem demitidos. A parte que você depositou é sua, você resgata quando quiser. A parte que a empresa depositou só estará disponível para resgate depois que você cumprir o tempo de serviço definido no contrato.

A partir de dez anos de serviços prestados, supondo ser esse o prazo mínimo exigido, todo o dinheiro que ela depositou em seu nome será seu quando se desligar da empresa, pode ficar com ele! Antes disso, a qualquer tempo, você resgata a sua parte integralmente. E talvez fique com parte do dinheiro da empresa, conforme política definida.

A empresa usa o benefício para reter empregados, uma forma muito positiva de incentivar que você mantenha vínculo de trabalho com ela. Para o funcionário, quanto mais tempo permanecer no emprego, maior será o percentual a receber. Um belíssimo exemplo de relação ganha-ganha.

Se você trabalha em empresa que oferece o benefício e não aderiu, recomendo que converse com o RH para conhecer os detalhes e pense seriamente em participar. Se você é o RH da empresa que oferece o benefício, recomendo transformar a adesão ao plano em obrigatória.

O funcionário terá de dizer que não quer para então ser excluído do plano. Estou certa de que o funcionário, mais maduro, alguns anos depois, dirá: "Ainda bem que decidiram por mim".

(Márcia Dessen- Planejadora financeira pessoal, diretora do Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros).

## **Pressionada, china aceita fórum sobre excesso de aço**

06/09/2016 – Fonte: Inda

A China teve que se dobrar as pressões de parceiros do G-20 e aceitar a busca de solução para o gigantesco excesso de capacidade do setor siderúrgico, que afeta também produtores brasileiros.

O comunicado dos líderes do G-20, a ser divulgado hoje, anunciará a criação de um Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que no mínimo fará um monitoramento do problema. A expectativa é de haver avanços a serem apresentados ao G-20 no ano que vem.

O Brasil tentou incluir uma menção específica contra o protecionismo, considerando que as crescentes medidas contra as exportações de aço derrubam ainda mais a demanda. Somente a Rússia apoiou o pleito brasileiro.

União Europeia e EUA têm dezenas de sobretaxas aplicadas na importação de aço chinês. A indústria europeia reclama que os chineses inundam os mercados externos com aço extremamente barato.

De seu lado, Pequim alega que o excesso de capacidade é uma questão global e não só chinesa. Argumenta que a taxa de utilização da capacidade instalada globalmente é de 66% e, na China, de 71%.

A China é o maior produtor e exportador de aço. Sua capacidade de produção é de 1,13 bilhão de toneladas, representando quase metade do total mundial. Segundo Pequim, o país já cortou 90 milhões de toneladas de capacidade. Mas pelo atual plano quinquenal, o país prevê uma capacidade adicional de 100-150 milhões de toneladas nos próximos cinco anos.

O preço da tonelada de aço, que chegou a US\$ 168 em 2011, era de apenas US\$ 55 em 2015.

## **Siderúrgicas disparam 10%**

06/09/2016 – Fonte: Inda

As ações do setor siderúrgico acompanharam o bom humor do mercado doméstico e dispararam, com Gerdau (GGBR4, R\$ 9,47, +5,81%), Metalúrgica Gerdau (GOAU4, R\$ 3,90, +8,03%), Usiminas (USIM5, R\$ 3,79, +10,17%) e CSN (CSNA3, R\$ 9,70, +10,23%).

Em relatório divulgado hoje, o BTG Pactual atualizou seus dados para o setor, incorporando os resultados do 2º trimestre. Segundo os analistas, os dados da Gerdau surpreenderam positivamente, enquanto Usiminas e CSN desapontaram. A mensagem no curto prazo das empresas é mais positiva daqui para frente, com expectativa de melhora sequencial nos resultados, disseram.

Eles veem a demanda estabilizando, muito próxima de um ponto de inflexão e esperando uma recuperação na casa de 5% a 7% em 2017. Em preço, a diretoria das empresas confirmou que os preços domésticos estão tradando por volta de 6% a 10% de prêmio e eles acreditam que esses valores podem aumentar no curto prazo, mas sempre existe o risco cambial do dólar cair para níveis de R\$ 2,80 a R\$ 3,00, que pode puxar corte de preços.

No relatório, o banco seguiu com a Gerdau como sua "top pick", com compra mantida e preço-alvo de R\$ 11,00. Já Usiminas teve o preço-alvo elevado para R\$ 4,00 (ante R\$ 3,00), mas recomendação mantida em neutra, enquanto CSN segue em venda, com preço-alvo elevado de R\$ 3,00 para R\$ 4,00.

Os analistas destacaram que a desalavancagem na Gerdau segue melhorando (com dívida líquida/Ebitda indo de 4,1 vezes para 3,6 vezes), enquanto Usiminas conseguiu estender os prazos da sua dívida e, do lado negativo, a CSN seguiu queimando caixa, com alavancagem acima de 8 vezes.

## **Aumento na produção de aço inoxidável chinesa pode reverter declínio recente no níquel**

06/09/2016 – Fonte: Inda

Um aumento surpresa na produção de aço inoxidável neste ano na China, maior consumidor global de níquel, pode reacender um rali nos preços do níquel, uma vez que investidores mudam o foco para a demanda por preocupações sobre o estoque das Filipinas.

A produção chinesa de aço inoxidável de níquel de rolamento, que usa mais níquel do aço inoxidável, subiu a 11,2 milhões de toneladas de janeiro a julho, 10 por cento acima do mesmo período em 2015, segundo o UBS. A produção de aço inoxidável no geral nos sete primeiros meses de 2016 foi 8 por cento mais alta do que um ano antes, em 13,6 milhões de toneladas, disse o UBS.

Uma previsão divulgada em fevereiro pela consultoria britânica de aço MEPS para a produção chinesa estimava um aumento de apenas 1,7 por cento.

O aumento na produção chinesa poderia desencadear um rali nos preços após eles caírem em agosto, quando uma série consistente de fechamentos de minas nas Filipinas cessou e reduziu as preocupações sobre o fornecimento das minas.

"Todo mundo tem estado focado no lado do fornecimento. As pessoas também devem prestar atenção na demanda, que está parecendo mais crua", disse o analista do UBS Dan Morgan.

## **Minério de ferro alavanca exportação**

06/09/2016 – Fonte: Diário do Comércio

As exportações estaduais em 2016 continuam abaixo das de 2015, mas, graças ao minério de ferro, a diferença tem diminuído mês a mês. O insumo siderúrgico representou 28,3% dos embarques de janeiro a agosto e, mesmo com a remessa de 13,6 milhões de toneladas a mais neste ano, a receita gerada com a exportação da commodity finalmente ficou em linha com a do mesmo período do exercício passado.

Com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), entre janeiro e agosto, as exportações estaduais somaram US\$ 13,937 bilhões, sobre US\$ 14,776 bilhões no mesmo período de 2015, uma retração de 5,6%, menos grave do que a registrada até o mês anterior, que foi de 8,7%. Até maio, na comparação com 2015, a queda chegou a alcançar 16%.

O minério de ferro foi responsável por 28,3% do total das exportações no acumulado até agosto. Mesmo com os preços internacionais baixos, a commodity recuperou participação na pauta de embarques, com 1,3 ponto percentual a mais que no mesmo intervalo de 2015.

As remessas de minério até agosto foram 13,6 milhões de toneladas superiores na comparação com igual período. Desta vez, o maior volume compensou a queda do preço, que caiu em torno de 11,7%, na média dos dois períodos. Os embarques de minério somaram US\$ 3,951 bilhões, em linha com o valor de igual intervalo de 2015.

As exportações de café, por outro lado, caíram. O grão só fica atrás do minério de ferro como item mais importante da pauta de exportações. A receita com os embarques da commodity agrícola até agosto somou US\$ 2,020 bilhões, ante US\$ 2,385 bilhões nos mesmos meses de 2015, uma redução de 15,3%.

Em volume, os embarques de café até agosto foram praticamente 6% maiores do que no mesmo período de 2015, mas um decréscimo de cerca de 20,5% no preço médio do grão exportado, na mesma base de comparação, impediu o aumento do faturamento com as remessas do produto.

Na mesma direção, a receita gerada a partir das remessas ferronióbio ao exterior também diminuiu no acumulado deste ano até agosto, com queda de 18,2%. Por outro lado, os embarques de ouro e soja tiveram evoluções de 0,2% e 13,8, respectivamente.

Ainda sofrendo os reflexos da crise econômica do País e da falta de novos investimentos, as importações de Minas entre janeiro e agosto somaram US\$ 4,402 bilhões, com retração de 27,7% em relação ao total dos mesmos meses de 2015 (US\$ 6,091 bilhões). A hulha betuminosa, que é o carvão mineral usado pela indústria siderúrgica, continua como o item mais importado, com participação de 5%.

**Saldo positivo** - O saldo da balança comercial mineira, que chegou a ser positivo até maio, mas era menor do que no mesmo período do ano passado, se recuperou e no acumulado até agosto cresceu 9,7% em relação aos mesmos meses de 2015. Neste confronto, os resultados foram US\$ 9,535 bilhões contra US\$ 8,685 bilhões.

Embora o saldo comercial do Estado tenha crescido e se mantido positivo, a corrente comercial, que representa a soma das exportações e importações, reduziu. Entre janeiro e agosto, Minas movimentou US\$ 18,340 bilhões com compras e vendas no mercado mundial, uma queda de 12,2% em relação ao total de igual intervalo de 2015, quando somou US\$ 20,867 bilhões.

### **Temer pode recuar na Previdência se tiver contrapartida**

06/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Depois de prometer enviar sua proposta de reforma da Previdência Social antes da eleição municipal, o presidente Michel Temer, pressionado por aliados e assessores, pode recuar e transferir o encaminhamento da medida ao Congresso Nacional apenas para o final do ano.

A decisão será tomada no seu retorno da China, quando ele promete acatar o pedido dos aliados desde que sua base aliada dê em contrapartida um compromisso de cumprir prazos e até acelerar alguns na tramitação da reforma no Legislativo.

Temer chega nesta terça-feira (6) de sua primeira viagem internacional já na condição de presidente definitivo e irá reunir assessores e aliados para discutir a proposta de adiar o envio da reforma da Previdência.

O receio de sua base aliada é com os ataques que a medida irá despertar durante o período eleitoral. Assessores dizem que de pouco adiantará encaminhar a reforma ainda em setembro, porque o Congresso, em ritmo de recesso branco praticamente durante quase todo período das eleições, não irá analisar o assunto nesta fase. Seria uma medida apenas para sinalizar ao mercado sua disposição de votar a reforma, alegam assessores.

Este, porém, também é o mesmo argumento utilizado por quem defende o envio desde já, como a equipe econômica, para demonstrar que o governo não tem medida impopular. Reservadamente, a equipe de Temer avalia que ele errou ao prometer encaminhar a reforma antes das eleições diante das pressões que estavam sendo feitas pelo mercado. Inicialmente, já estava quase certo que a reforma da Previdência ficaria para depois do período eleitoral, durante o qual o Congresso buscaria iniciar a tramitação da criação do teto dos gastos públicos.

Temer, porém, quis dar uma resposta política de que, na condição de efetivo, mudaria de estilo e enviaria a proposta da reforma da Previdência ao Congresso. Internamente, já havia até uma data marcada para o envio da medida, no dia 20 de setembro.

Agora, a decisão será tomada nos próximos dias. A tendência, a prevalecer a avaliação política, é que o encaminhamento da reforma previdenciária fique mesmo para novembro, após a eleição municipal.

### **Aneel propõe redução média de 12,18% na revisão tarifária da CEEE**

06/09/2016 – Fonte: DCI



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou nesta terça-feira proposta de redução média de 12,18 por cento nas tarifas da distribuidora gaúcha de energia elétrica CEEE, no âmbito da revisão tarifária da concessionária.

A proposta ficará em audiência pública entre os dias 8 de setembro e 10 de outubro. O percentual definitivo da revisão entrará em vigor a partir de 22 de novembro.

Segundo a Aneel, pesaram para a proposta de redução da tarifa o menor custo de aquisição de energia e a retirada de componentes financeiros que pesavam no cálculo tarifário.

A CEEE Distribuição atende cerca de 1,6 milhão de unidades consumidoras no Rio Grande do Sul.

### **Abramat: faturamento recua 5,9% em agosto**

06/09/2016 – Fonte: DCI

O faturamento deflacionado do setor de material de construção caiu 5,9% em agosto ante o mesmo mês de 2015, de acordo a Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção (Abramat).

O recuo visto em agosto vem na sequência de quedas registradas nos últimos meses e, na avaliação da Abramat, a tendência de retração não deve ser revertida pela indústria até o fim do ano.

"O resultado de agosto mostra uma tendência de redução no ritmo de queda, mas a nosso ver não será mais possível reverter o resultado negativo ao longo desse ano", destacou a entidade, em nota. De janeiro a agosto, a indústria de materiais de construção acumula queda de 12,5% no faturamento deflacionado.

A redução do nível de emprego, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, e da oferta de crédito foram citados pela Abramat como as principais causas para a retração das vendas no setor.

Os materiais de base continuam liderando as quedas, com faturamento 7,5% menor em agosto, enquanto os acabamentos recuaram apenas 3,7%, ambos na comparação com o mesmo período de 2015. No acumulado do ano, o segmento de base (-14,0%)

também apresenta queda mais intensa quando comparado com acabamentos (-10,3%).

#### Expectativa

Segundo a Abramat, o setor deve encerrar o ano com queda de 8% no faturamento. O tombo não deve ser maior, destacou a entidade, pela base de comparação menor em relação a 2015, quando a indústria faturou 12,5% menos.

"O setor aguarda medidas impulsionadoras de atividade na construção, já que o segmento é tradicionalmente o que responde mais rapidamente a incentivos, principalmente no emprego de mão de obra, que é uma das principais preocupações do novo governo", disse, em nota, o presidente da Abramat, Walter Cover.